

UM ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS TRAZIDAS PELO PROGRAMA RONDA NO BAIRRO ÀS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR DO AMAZONAS ¹

A STUDY ON THE PROCESSES OF INSTITUTIONALIZATION AND DESINSTITUTIONALIZATION OF THE PRACTICES RAISED BY THE PROGRAM RONDA NO BAIRRO OF THE CIVIL AND MILITARY POLICE OF THE AMAZON

Ailton Luiz dos Santos²
Fábio Amazonas Massulo³

Sumário: Introdução; 2. Teoria institucional; 2.1 A teoria institucional e o processo de institucionalização; 2.2 O processo de desinstitucionalização; 3. Inovações trazidas pelo ronda no bairro e possível institucionalização do Programa; 4. Possível processo de desinstitucionalização do Programa Ronda no Bairro; Considerações Finais; Referências

Resumo: É fato que profissionais das organizações respondem a processos impostos pelas instituições positiva e negativamente. Isso repercute na própria institucionalização, não institucionalização ou desinstitucionalização de novas práticas policiais. Considerando a teoria institucional que traz instrumentos analíticos para compreensão das respostas dadas pelas organizações frente a processos de institucionalização, e a fase de pós implementação e execução do programa Ronda no Bairro, uma pergunta se desenha: como foram as respostas organizacionais da Polícia Militar (PMAM) e da Polícia Civil (PCAM) frente às demandas institucionais do Governo do Amazonas após implantação e execução do Ronda no Bairro? Do exposto, o presente artigo busca compreender a respostas organizacionais da PMAM e PCAM frente às demandas institucionais do Ronda no Bairro a luz da Teoria Institucional. Quanto ao método de abordagem será o qualitativo, através de pesquisa bibliográfica.

Palavras-Chave: PMAM, PCAM, ronda no bairro, teoria institucional.

Abstract: It is a fact that professionals from organizations respond to processes imposed by the positive and negative institutions. This impacts on the institutionalization, non-institutionalization or deinstitutionalization of new police practices. Considering the institutional theory that brings analytical instruments to understand the responses given by organizations in the face of institutionalization processes, and the phase of post implementation and execution of the program Ronda no Bairro (round in the neighborhood), a question is drawn: How were the organizational responses of the Military Police (PMAM) and the Civil Police (PCAM) against the institutional demands of the Government of Amazonas after implantation and execution of Ronda no Bairro? From the above, this research project will seek to understand the organizational responses of PMAM and PCAM in front of the institutional demands of the Ronda no Bairro in the light of institutional theory. The method of approach will be the qualitative, through bibliographical research.

Keywords: PMAM, PCAM, ronda no bairro, institutional theory.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Aplicada à Segurança da Universidade do Estado do Amazonas.

² Bacharel em Segurança Pública e do Cidadão (2010). Bacharel em Direito (2015). Pós-Graduado em Direito Penal e Processo Penal (2014). Pós-Graduado em Ciências Jurídicas (2015).

³ Mestre em Educação. Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais. Professor da Universidade do Estado do Amazonas.

INTRODUÇÃO

Influenciado por um movimento que iniciou em 2007 com o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), o Amazonas estabelece uma série de marcos legais e planos que trouxeram o alicerce para uma revitalização da segurança pública no estado. Assim, em agosto de 2010, foi implantada, no Bairro Santa Etelvina, a Base de Policiamento Integrado, projeto piloto do programa Ronda no Bairro que subsidiou metodologicamente o programa. Enfim, o Governo do Amazonas, em 10 de novembro de 2011, estabeleceu as diretrizes para a implementação e execução do programa denominado Ronda no Bairro (AMAZONAS, 2011). Este programa objetivou estabelecer uma política de segurança pública focada no cidadão, aperfeiçoando a prevenção e repressão qualificada nas condutas ofensivas à sociedade. Observa-se que o programa Ronda no Bairro trouxe muitas inovações, das quais destacam-se a disseminação e fortalecimento da Filosofia de Polícia Comunitária e a integração no âmbito das polícias civil e militar.

Contudo, em meados de 2014, percebeu-se um afastamento prático das diretrizes do programa que foi sentido por toda população que, atualmente, clama pela volta do Programa Ronda no Bairro. Neste sentido, aflora o incômodo de buscar compreender o processo de institucionalização e os motivos que levaram à desconstrução de um programa de segurança pública que aparentava ser tão salutar à sociedade amazonense.

Considerando a teoria institucional que traz instrumentos analíticos para compreensão das respostas dadas pelas organizações frente a processos de institucionalização, e a fase de pós implementação e execução do programa Ronda no Bairro, uma pergunta se desenha: Como foram as respostas organizacionais da Polícia Militar (PMAM) e da Polícia Civil (PCAM) frente às demandas institucionais do Governo do Amazonas após implantação e execução do Ronda no Bairro.

Diante deste problema de pesquisa, este artigo científico buscará compreender as respostas organizacionais da PMAM e PCAM frente às demandas institucionais do Ronda no Bairro a luz da Teoria Institucional. Para isso, serão apresentados estudos acerca da teoria institucional, as inovações trazidas com a implementação do programa e identificadas as Respostas organizacionais da PMAM e PCAM frente à implementação deste.

Quanto à abordagem desta pesquisa, entende-se que tem um caráter qualitativo, já que o foco está em identificar como certos processos de mudança institucional no âmbito da segurança pública serão tratados pelas organizações policiais amazonenses frente à implantação do programa Ronda no Bairro.

Assim, para elaborar um estudo acerca da teoria institucional, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (1999, 50), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Para isso, foram pesquisadas obras teóricas de autores contemporâneos, de artigos científicos, de dissertações e de teses.

Para apresentar as inovações trazidas pelo programa Programa Ronda no Bairro, foram coletados dados e informações de relatórios da extinta Secretaria Executiva Adjunta do Programa Ronda no Bairro, além de realização de entrevista aberta com o Gerente de polícia comunitária do programa.

Por fim, para identificar as respostas organizacionais da PMAM e PCAM frente a implementação do Programa Ronda no Bairro, foi comparado o referencial teórico acerca da teoria institucional com os processos de institucionalização trazidos pelo programa e as respostas dadas pelas polícias amazonenses.

É fato que profissionais das organizações respondem a processos impostos pelas instituições positiva e negativamente. Isso repercute na própria institucionalização, não institucionalização ou desinstitucionalização de novas práticas policiais. Logo, conhecer as teorias institucionais, comparando-as com os processos de institucionalização de práticas policiais no âmbito do programa Ronda no Bairro, oportuniza ao leitor, em uma leitura breve, compreender os acertos e erros deste programa que marcou o estado do Amazonas como política pública de segurança.

Cabe também destacar a viabilidade de sta pesquisa, justamente por haver uma vasta literatura sobre o assunto e possibilidades de acessar os dados do programa Ronda no Bairro.

2. TEORIA INSTITUCIONAL

2.1 A TEORIA INSTITUCIONAL E O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

A fim de alcançar o objetivo deste tópico, através de um estudo de referencial bibliográfico que versa sobre a teoria institucional, inicia-se com uma reflexão a respeito do que é instituição. Contudo, a teoria institucional é fundamentada sob concepções das teorias políticas, econômicas e sociais, logo, são diversas as definições do significado de instituição, cada sentido mais tendente a uma das três abordagens que fundamentam a presente teoria.

Assim, para este estudo, escolheu-se uma concepção mais alinhada à sociologia, por identificar estudos anteriores que também se debruçaram em compreender as respostas das polícias frente a demandas institucionais.

Buscando entender o conceito de teoria institucional, para Prates (2000, p. 90) ao estudar as organizações, a perspectiva institucional se apresenta como uma abordagem simbólico-interpretativa do que ocorre nas organizações, em uma interpretação subjetiva, destacando-se a existência de uma construção social dessa realidade.

Esta teoria tenta explicar fenômenos organizacionais, buscando entender o porquê de determinadas estratégias, metodologias e práticas comportamentais comuns nas organizações, como algumas práticas se difundem e são mimetizadas, bem como estas organizações respondem às demandas institucionais.

Para Rossetto e Rossetto (2005), a visão institucional percebe as organizações em duas dimensões, a técnica e a institucional. Na dimensão técnica, o ambiente organizacional é visto sob a troca de bens e serviços, já a dimensão institucional diz respeito a normas de performance estabelecidas e difundidas para uma legitimidade organizacional.

A dimensão institucional inovou na compreensão das organizações, pois acrescentou a ideia da existência de normas e crenças presentes nas organizações que influenciam sobremaneira o ambiente técnico. Assim, esta como campo simbólico, se bem conduzida, pode contribuir para o alcance dos objetivos de uma organização, pois se o sistema de crenças e normas forem levados em conta pela organização, certamente haverá maior sucesso em seus empreendimentos. Contudo, é inevitável o conflito entre estas duas dimensões existentes.

Nesta acepção, Machado-da-Silva e Gonçalves (1999) salientam que é comum as organizações interagirem com seu ambiente para se legitimarem. Neste sentido, as decisões das organizações muitas vezes acabam destoando de princípios de eficiência e eficácia para se moldar ao ambiente.

Buscando detalhar ainda mais a perspectiva institucional, para Scott (2001), as instituições são composições e atividades do campo cognitivo, regulatório e normativo que trazem estabilidade e significado aos comportamentos sociais. Neste diapasão, para Sodré (2016), a

definição de Scott (2001) aponta para a existência de três tipos de pilares institucionais: o cognitivo, referente a regras abstratas e a entendimentos incorporados pelos atores; o regulativo, referente a regras formais e aos incentivos construídos pelo Estado e outros agentes sociais; e o normativo, referente a regras informais associadas a valores e compromissos morais explícitos.

Ressalta-se que os pilares institucionais supracitados se sobrepõem, logo, as práticas de uma organização podem ser institucionalizadas em razão da presença destes três pilares institucionais (SODRÉ, 2016).

Do exposto, pode-se dizer que as práticas se institucionalizam em razão de pressões externas ou internas a uma organização sob as perspectivas dos três pilares a saber: o cognitivo, o regulativo e o normativo.

Mas o que é institucionalização? Para Tolbert e Zucker (2010) é o processo de incorporação de comportamentos que vão se tornando habituais como solução para os problemas enfrentados por uma organização. Mas antes desta institucionalização, há uma insegurança gerada no seio das organizações, respondidas através do isomorfismo.

Já que existe insegurança quanto a melhor postura a ser adotada frente a um determinado ambiente organizacional, as organizações tendem a copiar práticas outrora legitimadas. A isto se dá o nome de isomorfismo. (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA, 1993; ROSSETTO; ROSSETTO, 2005).

Existem três fontes de mudança organizacional isomórfica a saber: a coercitiva, a mimética e a normativa. O isomorfismo coercitivo se dá quando se cria uma série de regulamentações governamentais ou existem expectativas culturais capazes de uniformizar estas organizações. Já o isomorfismo mimético ocorre quando as organizações mimetizam formas já instituídas por outras organizações. E, por fim, o isomorfismo normativo, que ocorre pela luta coletiva de profissionais de uma mesma ocupação, definindo condições e procedimentos de trabalho (DIMAGGIO; POWELL, 1983; ROSSETTO; ROSSETTO, 2005).

De todo exposto, pode-se afirmar que a teoria institucional percebe a organização imersa em um processo de pressões internas e externas à organização, que as leva a se parecerem umas com as outras.

2.2 O PROCESSO DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO

Assim como práticas são institucionalizadas nas organizações, existe a capacidade dos atores de modificarem estas instituições, a isso se dá o nome de desinstitucionalização (OLIVER, 1992). Nos estudos da desinstitucionalização se busca compreender o modo como as instituições são enfraquecidas.

Neste contexto, Oliver (1992) propôs um modelo que busca explicar o processo de desinstitucionalização, elencando como principais forças as políticas, as funcionais e as sociais. Estas forças agiriam tanto de dentro das organizações como fora delas.

Das forças políticas, destaca-se a característica de avaliação de legitimidade da estrutura ou atividade de uma organização. Trazendo para a realidade da segurança pública, indaga-se sobre o que é legítimo em termos de estrutura e atividade para o policial (forças internas à organização) e, o que é legítimo para a sociedade (forças externas à organização).

Já as forças funcionais, dizem respeito a questionamentos de utilidade de determinada prática institucionalizada. Aproximando este conceito da segurança pública, uma ação desastrosa das forças estaduais de segurança pode colocar em xeque uma prática outrora institucionalizada.

Por fim, as forças sociais dizem respeito a perda de consenso entre membros de uma organização sobre os significados de suas atividades consolidadas, bem como a eventos que desencorajam a manutenção de instituições (OLIVER, 1992).

3. INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO RONDA NO BAIRRO E POSSÍVEL INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA

Com base no arcabouço de conhecimento acerca da teoria institucional exposto acima, serão apresentados os pontos que se destacam do programa de governo, denominado Ronda no Bairro.

O primeiro é a expansão de práticas alicerçadas na filosofia de Polícia comunitária, neste sentido, destacam-se alguns marcos legais e doutrinários criados, tais como as publicações do Regimento Interno dos Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEG (AMAZONAS, 2013), do livro, Ronda no Bairro: implementação e gerenciamento do policiamento comunitário (SOARES JÚNIOR, 2013) e do Manual do Gestor e Operador Ronda no Bairro (SSP, 2013).

O segundo a ser destacado é o processo de integração das Polícias Civil e Militar. Os Distritos Integrados de Polícia - DIP (Companhia Interativa Comunitária (PM) + Distrito Policial (PC)) foram criados em 2007, contudo foram fortalecidos com a implementação e execução do Ronda no Bairro, em 2012 e 2013. Neste período, a capital amazonense saltou de 17 (dezessete) para 30 (trinta) DIP's. Cabe destacar que o DIP contempla uma região geográfica com circunscrição de responsabilidade comum à PMAM e PCAM. Neste período também se estabelecem rotinas de trabalho integrado entre as Polícias Civil e Militar, através do Decreto nº 34.184, de 14 de novembro de 2013, para atuação nas áreas Integradas de Segurança Cidadã (AISCs), que correspondem às mesmas zonas administrativas de Manaus e são de responsabilidade comum ao Comando de Policiamento de Área (PMAM) e a uma

Seccional (PCAM), comandados por Oficiais Superiores e Delegados de Classes avançadas, respectivamente.

Do exposto, percebe-se um esforço para institucionalização do referido programa, até o momento, com destaque para o pilar regulativo, delineando-se como pressão externa a fim de consolidar a filosofia de Polícia Comunitária e uma cultura de integração como instituição nas organizações policiais estaduais.

A fim de intensificar o processo de institucionalização do programa, no ano de 2012, mais de 2.700 policiais foram capacitados em diversos cursos nos campos de conhecimento da Segurança Pública, mais de 10 cursos foram ofertados para que o policial pudesse se manter qualificado e proporcionar segurança com qualidade à população. (SEARB, 2012).

Quadro 1: Cursos ofertados pelo programa Ronda no Bairro no ano de 2012

CURSO	QTD. TURMAS	CARGA HORÁRIA
Ronda no Bairro nível 1	40	150
Resolução de problemas	11	20
Ecap para interior	28	76
Identificação veicular	4	20
Tiro defensivo	9	120
Motorista de veículo de emergência	10	100
Representação facial humana (retrato falado)	2	30
Investigação criminal de homicídios	4	40
Força Tática	10	160
Entomologia forense	1	45
TOTAIS	119	

Fonte: SSP/SEARB (2012)

Dos cursos acima elencados, destaca-se o curso Ronda no Bairro Nível 1, que, segundo seus idealizadores, teve como principais objetivos difundir a filosofia do programa, padronizar procedimentos para o policiamento comunitário, consolidar uma cultura de integração entre as polícias estaduais, além de atualizar os profissionais de segurança pública sobre as novas tecnologias oferecidas pelo programa. Segue abaixo a grade curricular do referido curso.

Quadro 2: Grade curricular do Curso Ronda no Bairro Nível 1

Disciplinas	Carga Horária
Aula Inaugural	2
Disciplinas Básicas	
Relações Humanas	8
Direitos Humanos	8
Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	8
Polícia Comunitária (Ênfase na Metodologia Ronda no Bairro - qualidade no atendimento, mobilização social e resolução de problemas)	40
Ética e Cidadania	4
Polícia Integrada: Doutrina de Polícia Investigativa e Policiamento Ostensivo	8
Procedimentos Operacionais	12
Disciplinas Instrumentais/Específicas	
Noções de criminologia: vitimização e prevenção	8
Leis Especiais	8
Noções da Lei 9.099 de 26 de Setembro de 1995	4
Geotecnologia Aplicada a Segurança Pública (TI Embarcada e Fixa)	12
Noções de Criminalística: Valorização e Preservação do Local de Crime	8
Uso Diferenciado da Força	4
Técnica de Entrevista	4
Primeiros Socorros	8
Noções de Combate a Incêndio	4
Carga horária total	150
Palestra	
Oratória	4

Fonte: SSP/SEARB (2012)

Elaboração: O autor

Referente à qualificação dos profissionais acima explicitada, constata-se uma pressão externa pelo Governo do Amazonas, no campo cognitivo, para institucionalização do Ronda no Bairro.

4. POSSÍVEL PROCESSO DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA RONDA NO BAIRRO

Apesar de todas as pressões externas a fim de consolidar as práticas policiais defendidas pelo programa Ronda no Bairro, a partir do ano de 2014, tanto profissionais de Segurança Pública, quanto a população amazonense, começaram a perceber o possível processo de desinstitucionalização do programa. Mudanças de gestão, abandono de práticas

que fomentavam a proximidade com a população e menor integração das polícias ficaram em evidência.

O primeiro ponto de destaque que possivelmente contribuiu para a desinstitucionalização do programa foi uma força política (OLIVER, 1992) endógena que partiu dos próprios policiais, no sentido de desqualificar as práticas do Ronda no Bairro, afirmando que eram fracas frente à criminalidade, que eram incapazes de reduzir efetivamente a criminalidade, pois o policial fazia “trabalho de assistente social” e não de polícia. Esta afirmação, comum no seio da tropa, surgia em razão da prática de visitas comunitárias realizadas cotidianamente pelo policial militar, que acabava se deparando com inúmeros problemas sociais, sem, contudo, se sentir parte deste tipo de problema.

Forças exógenas funcionais que parecem ter reforçado o processo de desinstitucionalização do Programa foram algumas repercussões midiáticas de práticas não republicanas de policiais em serviço. Uma delas diz respeito a fotos com mulheres em viaturas do Programa. Isso reforçou a ideia de que proximidade com a comunidade gera promiscuidade. Esta fala é comum entre gestores da Segurança Pública.

Destaca-se ainda uma força social endógena. Algumas práticas do programa ainda permanecem em sua exterioridade, trazendo como exemplo os Pontos de Relacionamento Comunitário e Visibilidade – PRCV (SSP, 2013). Atualmente, esta prática está esvaziada de significado ou em conflito. O PRCV é um exemplo típico. Hoje o PRCV se pratica da seguinte maneira: nas grandes principais com grande fluxo de veículos, policial imóvel, olhar altivo, “cara de mal”. Muito destoante do PRCV institucionalizado pelo Ronda no Bairro, “A presença no PRCV não requer postura estática, mas sim de desembarque da viatura e interação com a comunidade” (SSP, 2013, p. 93).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É surpreendente perceber que o programa Ronda no Bairro, mesmo com um grande esforço do Governo do Estado em institucionalizar práticas policiais de proximidade com a comunidade e de integração, teve boa parte destes avanços perdidos em um lapso temporal relativamente curto. De fato, forças políticas, funcionais e sociais endógenas e exógenas, às organizações policiais civil e militar do Amazonas contribuíram sobremaneira para a possível desinstitucionalização das práticas supracitadas.

Não obstante, deve-se levar em conta que o processo de institucionalização do Ronda no Bairro foi de apenas 2 (dois anos). Neste diapasão, cabe destacar que as polícias possuem

uma cultura repressiva e de distanciamento da população construída historicamente, logo, no campo normativo e cognitivo, 2 (dois) anos para que haja mudanças em instituições parece ser um tempo exíguo.

Assim, do presente trabalho, pode-se afirmar que existem duas possibilidades de ocorrência: ou houve, de fato, desinstitucionalização do programa Ronda no Bairro em razão das forças endógenas e exógenas às polícias civil e militar identificadas na pesquisa que podem ter enfraquecido as inovações trazidas pelo programa, ou este, nem mesmo conseguiu ser institucionalizado, com base nos dados levantados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Decreto Estadual nº 33.549, de 20 de maio de 2013.** Aprova o Regimento interno dos Conselhos Interativos Comunitários de Segurança (CONSEG).

_____. **Decreto Estadual Nº 31.754 de 10 de dezembro de 2011.** Estabelece o marco legal de implantação do Ronda no Bairro.

_____. **Decreto Estadual Nº 34.84 de 14 de novembro de 2013.** Estabelece rotinas de trabalho integrado entre as Polícias Civil e Militar do Amazonas para atuação nas Áreas Integradas de Segurança Cidadã – AISCs, e dá outras providências.

_____. **Nota de Instrução nº 021/PM-3 EMG.** Regula a implantação da Base de Policiamento Integrado (BPI)/Santa Etelvina. Boletim Geral Ostensivo da PMAM nº 131, 19 jul. 2010.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review.** v. 48, p. 147-160, 1983.

MACHADO-DA-SILVA, C., FONSECA, V. **Homogeneização e diversidade organizacional: uma visão integrativa.** In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 1993, Salvador. Anais. Salvador: ANPAD, 1993.

MACHADO-DA-SILVA, GONÇALVES, S. A. **Nota Técnica: A Teoria Institucional.** In: MACHADO-DA-SILVA, GONÇALVES, S. A. Handbook de Estudos Organizacionais: Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999, cap. 7, p. 220-226.

OLIVER, Christine. Strategic responses to institutional processes. **Academy of Management Review.** vol. 16, nº 1, jan/1991, p.145-179.

OLIVER, Christine. The antecedents of deinstitutionalization. **Organization Studies.** v. 13, n. 4, p. 563-588, 1992.

PRATES, A. A. P. **Organização e instituição no velho e novo institucionalismo.** In: RODRIGUES, S.B. e CUNHA, M. P. (org.). Novas perspectivas na administração de empresas: uma coletânea lusobrasileira. São Paulo: Iglu, 2000.

ROSSETTO, C. R.. ROSSETTO, A. M.. **Teoria Institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar.** In: Forum – A teoria institucional em um contexto Brasileiro: dinâmicas de inovação e imitação. RAE-eletrônica, v. 4. 2005.

SCOTT, W. Richard. **Institutions and organizations: ideas, interests and identities.** SAGE, 2001.

SODRÉ, R. J. M. **Respostas das organizações policiais a demandas institucionais da Segurança Pública:** A implantação do projeto Integração da Gestão em Segurança Pública em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

TOLBERT, Pamela; ZUCKER, Lynne. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter (org). **Handbook de estudos organizacionais:** modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. Volume 1. São Paulo: Atlas, 2010, p. 196-217.

SOARES JUNIOR, Amadeu da Silva. JANUÁRIO, Jatniel Rodrigues. SETTE JÚNIOR, Guilherme José. SILVA, Luciano Tavares da. LOPES, Maria Júlia Belota. BARBOSA, Júlio Alberto Simonetti. PAIVA, Anézio Brito de. **Ronda no Bairro:** implementação e gerenciamento do policiamento comunitário. Manaus: Secretaria de Estado de Segurança Pública, 2013.

SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartilha do Programa Ronda no Bairro.** 2011.

SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Portaria n. 179/2013-GS/SSP, de 13 de setembro de 2013. **Manual do Gestor e Operador Ronda no Bairro.**

Data de submissão: 30 de outubro de 2018.
Data de aprovação: 27 de dezembro de 2018.

NOVA HILEIA: REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO AMBIENTAL DA AMAZÔNIA COMISSÃO EDITORIAL	
Editor Chefe	Prof. Dr. Sandro Nahmias de Melo
Editor Adjunto	Prof. Me. Denison Melo de Aguiar
Editores Assistentes	Profa. Ma. Carla Cristina Torquato Profa. Ma. Adriana Almeida Lima Profa. Ma. Dayla Barbosa Pinto Prof. Me. Luiz Cláudio Pires Costa Profa. Esp. Monique de Souza Arruda Prof. Me. Ygor Felipe Távora da Silva
Revisão	Prof. Me. Ygor Felipe Távora da Silva
Revisão Final	Prof. Me. Denison Melo de Aguiar